

Frederico Amado



Curso de DIREITO E PROCESSO
PREVIDENCIÁRIO

8ª edição • revista, ampliada e atualizada

2016



Rua Mato Grosso, 175 – Pituba, CEP: 41830-151 – Salvador – Bahia
Tel: (71) 3363-8617 / Fax: (71) 3363-5050 • E-mail: fale@editorajuspodivm.com.br

Copyright: Edições *JusPODIVM*

Conselho Editorial: Dirley da Cunha Jr., Leonardo de Medeiros Garcia, Fredie Didier Jr., José Henrique Mouta, José Marcelo Vigliar, Marcos Ehrhardt Júnior, Nestor Távora, Robério Nunes Filho, Roberval Rocha Ferreira Filho, Rodolfo Pamplona Filho, Rodrigo Reis Mazzei e Rogério Sanches Cunha.

Capa: Rene Bueno e Daniela Jardim (www.buenojardim.com.br)

Diagramação: Linotec Fotocomposição e Fitolito Ltda. (www.linotec.com.br)

Todos os direitos desta edição reservados à Edições *JusPODIVM*.

É terminantemente proibida a reprodução total ou parcial desta obra, por qualquer meio ou processo, sem a expressa autorização do autor e da Edições *JusPODIVM*. A violação dos direitos autorais caracteriza crime descrito na legislação em vigor, sem prejuízo das sanções civis cabíveis.

SUMÁRIO

Siglas.....	21
-------------	----

TÍTULO I DA SEGURIDADE SOCIAL

1

DISPOSIÇÕES GERAIS SOBRE A SEGURIDADE SOCIAL

1. Introdução	27
2. Definição e natureza jurídica	29
3. Competência legislativa	30
4. Princípios	31
4.1. Universalidade da cobertura e do atendimento	32
4.2. Uniformidade e equivalência dos benefícios e serviços às populações urbanas e rurais	33
4.3. Seletividade e distributividade na prestação dos benefícios e serviços	34
4.4. Irredutibilidade do valor dos benefícios	35
4.5. Equidade na forma de participação no custeio	36
4.6. Diversidade da base de financiamento	37
4.7. Gestão quadripartite	38
4.8. Solidariedade	39
4.9. Precedência da Fonte de Custeio ou Contrapartida	40
4.10. Orçamento Diferenciado	42
4.11. Tabela dos princípios da seguridade social	42
5. Assistência social	43
5.1. Introdução	43
5.2. Definição	44
5.3. Objetivos	45
5.4. Princípios	45
5.5. Diretrizes	46
5.6. Organização e gestão	47
5.7. Benefício do amparo assistencial do idoso ou deficiente carente	51
5.8. Benefício assistencial de salário mínimo do trabalhador avulso portuário	124
5.9. Seguro-Desemprego (inclusive seguro-defeso do pescador artesanal)	126
5.10. Outros benefícios assistenciais	134
6. Saúde	135
6.1. Introdução	135
6.2. Definição e natureza jurídica	142
6.3. O Sistema Único de Saúde	142
6.4. Princípios	147
7. Previdência Social	148
7.1. Introdução	148
7.2. Evolução histórica mundial	149
7.3. Evolução histórica no Brasil	151
7.4. Definição e abrangência	176

7.5. Classificação dos sistemas previdenciários	176
7.6. Planos previdenciários brasileiros	177
7.6.1. Planos básicos.....	178
7.6.2. Planos complementares	182
8. O Direito Previdenciário	183
8.1. Autonomia	183
8.2. Definição	184
8.3. Relação com demais ramos jurídicos.....	184
8.4. Interpretação, fontes e hierarquia da legislação previdenciária.....	185
9. Pilares da Proteção Social no Brasil.....	194

2

CONTRIBUIÇÕES PARA A SEGURIDADE SOCIAL

1. Introdução	195
2. A natureza jurídica da relação de custeio.....	198
3. Contribuições em espécie	198
3.1. Contribuições do empregador, da empresa e da entidade a ela equiparada na forma da lei	202
3.1.1. Incidentes sobre a folha de salários e demais rendimentos do trabalho pagos ou creditados, a qualquer título, à pessoa física que lhe preste serviço, mesmo sem vínculo empregatício.....	202
3.1.2. Incidentes sobre a receita ou o faturamento	202
3.1.3. Incidentes sobre o lucro.....	207
3.2. Do trabalhador e dos demais segurados da previdência social.....	208
3.3. Sobre a receita de concursos de prognósticos	208
3.4. Do importador de bens ou serviços do exterior, ou de quem a lei a ele equiparar.....	209
4. Arrecadação.....	209
5. Imunidade.....	212
6. Princípio da Anterioridade Nonagesimal	217
7. Constituição do crédito securitário	218
8. Progressividade	221
9. Anistia e remissão	221
10. Decadência e prescrição.....	222
11. Simples Nacional.....	224

TÍTULO II

DO REGIME GERAL DE PREVIDÊNCIA SOCIAL – RGPS

1

DISPOSIÇÕES INICIAIS

1. Abrangência	229
2. Cobertura.....	231
3. Legislação de regência.....	231
4. Administração	232
5. Sistemática	232
6. Características	233
7. Entidades e órgãos previdenciários.....	233
7.1. Conselho Nacional da Previdência Social.....	235
7.2. Instituto Nacional do Seguro Social – INSS	237
7.3. Conselho de Recursos da Previdência Social	244

2

PRINCÍPIOS DA PREVIDÊNCIA SOCIAL

1. Introdução	247
2. Princípio da Contributividade	248
3. Princípio da Obrigatoriedade da Filiação	248
4. Princípio do Equilíbrio Financeiro e Atuarial.....	248
5. Princípio da Universalidade de Participação nos Planos Previdenciários	250
6. Princípio da Uniformidade e Equivalência dos Benefícios e Serviços às Populações Urbanas e Rurais ..	251
7. Princípio da Seletividade e Distributividade na Prestação dos Benefícios.....	251
8. Princípio dos Salários de Contribuição Corrigidos Monetariamente	253
9. Princípio da Irredutibilidade do Valor dos Benefícios.....	253
10. Princípio da Garantia do Benefício não Inferior ao Salário Mínimo.....	255
11. Princípio da Previdência Complementar Facultativa	256
12. Princípio da Gestão Quadripartite da Previdência Social	256
13. Princípio do <i>Tempus Regit Actum</i>	257
14. Princípio da Responsabilidade	258
15. Princípio da Vedação ao Retrocesso Social	259
16. Princípio do <i>In Dubio Pro Misero</i>	259
17. Princípio da Automaticidade das Prestações.....	261
18. Princípio da Indisponibilidade dos Benefícios Previdenciários	261
19. Princípio da Territorialidade da Filiação.....	261

3

SEGURADOS, FILIAÇÃO E INSCRIÇÃO

1. Introdução	263
2. Segurados obrigatórios.....	264
2.1. Segurado empregado	266
2.2. Segurado empregado doméstico	279
2.3. Segurado trabalhador avulso	280
2.4. Segurado especial.....	284
2.5. Segurado contribuinte individual	301
3. Segurados facultativos.....	310
4. Filiação.....	312
5. Inscrição.....	318

4

SALÁRIO DE CONTRIBUIÇÃO

1. Noções iniciais e definição	329
2. Limites	330
3. Delimitação.....	337
4. Composição	342

5

CONTRIBUIÇÕES PREVIDENCIÁRIAS

1. Introdução	361
2. Natureza jurídica	362
3. Aspecto material e temporal do fato gerador	364
4. Contribuições previdenciárias dos trabalhadores e demais segurados do RGPS	365

4.1. Empregado, trabalhador avulso e empregado doméstico.....	366
4.2. Contribuinte individual e segurado facultativo	372
4.3. Segurado especial.....	378
5. Contribuições previdenciárias da empresa e do equiparado a empresa.....	382
5.1. Incidentes sobre as remunerações dos empregados e avulsos	384
5.2. Incidentes sobre as remunerações dos contribuintes individuais.....	393
5.3. Incidentes sobre o valor bruto da nota fiscal ou fatura da prestação de serviços das cooperativas de trabalho	394
5.4. Regra especial – Empresas optantes do Simples Nacional.....	398
6. Contribuição previdenciária do empregador doméstico	402
7. Contribuições previdenciárias substitutivas da parte patronal	405
7.1. Associações desportivas que mantém equipe de futebol profissional	405
7.2. Produtor rural pessoa física (PRPF)	406
7.3. Produtor rural pessoa jurídica (PRPJ).....	411
8. Substituição da contribuição previdenciária sobre as remunerações pela contribuição sobre a receita ou faturamento das empresas.....	413
9. Arrecadação.....	432
10. Parcelamento.....	442
11. Encargos decorrentes do atraso no pagamento	443
12. A retenção feita pelo contratante de serviços de cessão de mão de obra	444
13. Hipóteses de responsabilização solidária.....	448
13.1. Construção civil	450
13.2. Empresas do mesmo grupo econômico.....	452
13.3. Gestores dos entes da Administração Pública Indireta.....	452
13.4. Administração Pública.....	453
13.5. Operador portuário e órgão gestor de mão de obra.....	454
13.6. Produtores rurais integrantes de consórcios simplificados	454
13.7. Oficial de Cartório e contratantes.....	454
14. Restituição e compensação das contribuições previdenciárias.....	455
15. Certidão negativa de débito.....	459
16. Obrigações acessórias da empresa	462
17. Das infrações administrativas.....	466

6

ACIDENTE DE TRABALHO, MOLÉSTIAS OCUPACIONAIS E EVENTOS EQUIPARADOS

1. Introdução	469
2. Definição de acidente de trabalho.....	471
3. Doenças equiparadas (ocupacionais).....	472
4. Acidente de trabalho por equiparação	474
5. Reconhecimento.....	477
6. Segurados cobertos.....	488
7. Prescrição dos benefícios acidentários	488
8. Principais consequências jurídicas do reconhecimento do acidente de trabalho.....	489
9. Responsabilidade civil da empresa perante a Justiça do Trabalho.....	490
10. Ação regressiva proposta pelo INSS contra a empresa negligente	491

7

REGRAS GERAIS DO PLANO DE BENEFÍCIOS E SERVIÇOS

1. Espécies de prestações previdenciárias.....	503
2. Classificação das prestações previdenciárias.....	503

3. Dependentes dos segurados	506
3.1. Classe I.....	509
3.2. Classe II	527
3.3. Classe III.....	529
4. Tempo de serviço e de contribuição e sua contagem recíproca	531
5. Indenização para a contagem de tempo de serviço ou de contribuição	545
6. Manutenção da qualidade de segurado no período de graça.....	553
7. Carência.....	564
8. Fator previdenciário.....	586
9. Salário de benefício e Cadastro Nacional de Informações Sociais (CNIS)	598
10. Renda mensal inicial dos benefícios previdenciários – regras vigentes.....	617
11. Renda mensal inicial dos benefícios previdenciários – regramento antigo e evolução histórica.....	624
11.1. Decreto 35.448/54 (Regulamento Geral dos Institutos de Aposentadorias e Pensões).....	624
11.2. Lei 3.807/1960 (Lei Orgânica da Previdência Social – LOPS).....	625
11.3. Lei 5.316/1967 (integrou o seguro de acidentes de trabalho na previdência social)	627
11.4. Lei Complementar 11/1971	628
11.5. Lei 5.890/1973	628
11.6. Lei 6.179/1974	629
11.7. Lei 6.210/1975	629
11.8. Lei 6.367/1976	629
11.9. Constituição Federal de 1988 (texto original).....	630
11.10. Lei 8.213/91 (redação original) e alterações posteriores	631
11.11. Emenda 20/1998	633

8

BENEFÍCIOS E SERVIÇOS PREVIDENCIÁRIOS EM ESPÉCIE

1. Aposentadoria por invalidez.....	641
2. Aposentadoria por idade.....	660
3. Aposentadoria por tempo de contribuição	685
4. Aposentadorias especiais	704
4.1. Aposentadoria especial por exposição a agentes nocivos à saúde.....	704
4.2. Aposentadoria especial dos deficientes	772
5. Auxílio-doença	784
6. Salário-família	809
7. Salário-maternidade.....	815
8. Auxílio-acidente	829
9. Pensão por morte.....	845
10. Auxílio-reclusão.....	885
11. Abono anual.....	900
12. Serviço social.....	901
13. Habilitação e reabilitação profissional.....	902
14. Benefícios especiais.....	906
14.1. Aposentadoria do ex-combatente da 2ª Guerra Mundial.....	907
14.2. Aposentadoria ou pensão excepcional do anistiado político	909
14.3. Pensão especial vitalícia para as vítimas da Talidomida.....	910
14.4. Pensão mensal vitalícia dos seringueiros.....	912
14.5. Pensão mensal das vítimas da hemodiálise de Caruaru.....	913
14.6. Pensão mensal das vítimas da Hanseníase	913
14.7. Auxílio especial mensal dos campeões mundiais de futebol de 1958, 1962 e 1970.....	914

15. Benefícios extintos.....	914
15.1. Auxílio-natalidade	914
15.2. Auxílio-funeral	914
15.3. Pecúlio	915
15.4. Abono de Permanência em Serviço.....	915
15.5. Renda Mensal Vitalícia (Lei 6.179/74)	915
15.6. Auxílio-suplementar	916
15.7. Aposentadoria especial do jornalista profissional, do jogador de futebol profissional, do tele- fonista, do juiz classista e do aeronauta	917

9

TEMAS FINAIS SOBRE BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS

1. Hipóteses de suspensão e cancelamento dos benefícios	919
2. Autotutela da Administração Pública Previdenciária	921
3. Prescrição quinquenal da pretensão e decadência decenal para a revisão de benefício ou impugna- ção do ato de indeferimento	923
3.1. Prescrição quinquenal.....	925
3.2. Decadência decenal para a revisão de benefícios previdenciários	932
3.3. Decadência decenal para a impugnação de ato administrativo que indeferiu benefício previ- denciário	946
4. Reajustamento da renda mensal inicial	948
5. Acumulação.....	951
6. Descontos legalmente autorizados	956
7. Débito de contribuições previdenciárias e a concessão de benefícios	967
8. Direito Adquirido.....	968
9. Renúncia da aposentadoria (desaposentação).....	969
10. Despensão	980
11. Complementação das aposentadorias dos ferroviários paga pela União	982
12. Complementação de aposentadorias pagas por entidades fechadas de previdência privada	984
13. Dano moral previdenciário	985

10

PROCESSO ADMINISTRATIVO PREVIDENCIÁRIO

1. Definição e fases.....	995
2. Fase inicial.....	996
3. Fase instrutória	1004
4. Fase decisória.....	1017
5. Fase recursal (Conselho de Recursos da Previdência Social).....	1019
6. Fase de cumprimento das decisões administrativas.....	1036
7. Disposições diversas.....	1038
8. Processo de justificação administrativa	1039
9. Processo administrativo fiscal de arrecadação das contribuições para a seguridade social.....	1042

11

PROCESSO JUDICIAL PREVIDENCIÁRIO

1. Competência jurisdicional.....	1045
1.1. Regra geral: competência da Justiça Federal	1045

1.2. Ações acidentárias: competência originária da Justiça Estadual	1047
1.3. Competência estadual por delegação	1052
2. Questões processuais do rito dos Juizados Especiais Federais.....	1054
2.1. Procedimento em 1º Grau.....	1054
2.2. Procedimento em 2º Grau e instâncias superiores (TRU, TNU, STJ e STF)	1070
3. (Des)necessidade de prévio requerimento administrativo para a concessão de benefícios previdenciários.....	1114
4. Data de início do benefício por incapacidade na data de juntada do laudo pericial ou na citação	1132
5. Impenhorabilidade, inalienabilidade e indisponibilidade dos benefícios previdenciários.....	1133
6. Autorização legal para a desistência de recursos e propositura de ações.....	1135
7. Honorários advocatícios nas ações previdenciárias	1136
8. Ação civil pública previdenciária.....	1138
9. Intervenção do Ministério Público.....	1143
10. Custas processuais	1144
11. Coisa julgada nas lides previdenciárias	1145
12. Juros de mora e correção monetária nos processos previdenciários	1148
13. Perícia judicial nas causas previdenciárias.....	1154
14. Pedido nas ações previdenciárias	1162
15. Ação rescisória previdenciária	1163
16. Fase de execução nas ações previdenciárias.....	1170

12

REAJUSTAMENTO E REVISÃO DOS BENEFÍCIOS DA PREVIDÊNCIA SOCIAL

1. Revisional com base na atualização monetária dos salários de contribuição pela ORTN/OTN (Lei 6.423/77)	1179
2. Revisional fundamentada na atualização do menor valor teto pelo INPC (Lei 6.708/79).....	1182
3. Revisão de benefício pelo índice integral no primeiro reajustamento (Súmula 260, do Tribunal Federal de Recursos).....	1183
4. Revisão administrativa de benefícios pela equivalência de salários mínimos do mês da concessão (artigo 58, do ADCT, da Constituição de 1988)	1186
5. Revisão dos benefícios rurais para um salário mínimo (artigo 201, §5º, da Constituição Federal) ...	1187
6. Revisão administrativa de benefício para a incidência de correção monetária dos 36 últimos salários de contribuição (artigo 144, da Lei 8.213/91 – “buraco negro”).....	1188
7. Reajuste da renda do benefício pela variação do salário mínimo de 147,06% do último quadrimestre de 1991	1190
8. Revisão de benefício pelo número de salários mínimos da data da concessão	1191
9. Revisão de benefício na conversão da URV (Lei 8.700/93)	1192
10. Revisão administrativa de benefício limitado ao teto do salário de benefício (Lei 8.870/94 – revisão do “buraco verde”).....	1194
11. Revisão administrativa de benefício limitado ao teto do salário de benefício – regra permanente de incidência do índice teto no primeiro reajuste (Lei 8.880/94).....	1196
12. Revisão de benefício com a inserção do IRSM de fevereiro de 1994 na atualização dos salários de contribuição (Lei 8.880/94)	1196
13. Reajuste de benefícios pelo IPG-DI de 1997 a 2001.....	1200
14. Revisão da pensão por morte para 100% do salário de benefício (Lei 9.032/95).....	1201
15. Revisão do auxílio-acidente para 50% do salário de benefício (Lei 9.032/95)	1205
16. Revisão de aposentadoria por invalidez precedida de auxílio-doença (artigo 29, §5º, da Lei 8.213/91)	1207
17. Revisão de benefício através da consideração apenas dos salários de contribuição que antecederam à formação do direito adquirido com desconsideração dos posteriores (direito ao melhor benefício)	1211
18. Revisão de aposentadoria por invalidez, auxílio-doença, pensão por morte ou auxílio-reclusão com base no artigo 29, II, da Lei 8.213/91, com redação dada pela Lei 9.876/99 (80% dos maiores salários de contribuição)	1217

19. Pagamento da correção monetária dos benefícios pagos com atraso por responsabilidade do beneficiário	1226
20. Revisão com base em decisão da Justiça do Trabalho	1227
21. Readequação do salário de benefício pelos novos tetos fixados pelas Emendas 20/98 (R\$ 1.200,00) e 41/03 (R\$ 2.400,00) para os benefícios concedidos anteriormente	1231
22. Exclusão do fator previdenciário na aposentadoria por tempo de contribuição proporcional concedida com base nas regras de transição da EC 20/98	1244
23. Revisão de aposentadoria por tempo de contribuição masculina para considerar no fator previdenciário apenas a expectativa de vida dos homens	1249
24. Revisão de aposentadoria por tempo de contribuição feminina para crescer no cálculo fator previdenciário cinco anos na idade	1253
25. Revisão da aposentadoria “especial” do professor para excluir o fator previdenciário	1254
26. Revisão de aposentadoria para excluir o fator previdenciário do tempo especial convertido ao tempo comum	1260

13

POLÍTICAS PÚBLICAS PREVIDENCIÁRIAS: PANORAMA, CONJUNTURA, ESTRUTURA, REFLEXÕES E DESAFIOS DA PREVIDÊNCIA SOCIAL

1. Mutações no perfil demográfico brasileiro	1263
2. Custeio dos benefícios rurais e <i>déficit</i> no Regime Geral de Previdência Social	1266
3. Inclusão previdenciária dos trabalhadores informais	1267
4. Elevação dos custos com o pagamento do auxílio-doença comum a partir do ano 2000	1269
5. Extinção do fator previdenciário e inserção de idade mínima para a aposentadoria por tempo de contribuição	1272
6. Questões sobre a pensão por morte	1274
7. Melhorias no atendimento dos segurados e dependentes pela Previdência Social	1276
8. Desequilíbrio financeiro e atuarial no RPPS da União	1278

TÍTULO III DOS REGIMES PRÓPRIOS DE PREVIDÊNCIA SOCIAL

1

NORMAS GERAIS

1. Disposições iniciais	1283
2. Segurados	1292
3. Contribuições previdenciárias	1292
4. Cálculo dos benefícios	1301
5. Benefícios com previsão constitucional	1303
5.1. Aposentadoria especial	1317
5.2. Aposentadoria por invalidez	1326
5.3. Aposentadoria compulsória	1328
5.4. Aposentadoria por idade, com proventos proporcionais	1333
5.5. Aposentadoria por idade e tempo de contribuição, com proventos integrais	1334
5.6. Pensão por morte	1334
6. Outros benefícios que poderão ser criados pelos Regimes Próprios de Previdência Social	1336
6.1. Auxílio-doença	1336
6.2. Salário-família	1336
6.3. Salário-maternidade	1336
6.4. Auxílio-reclusão	1337

7. Abono de permanência	1338
8. Regras de transição	1341
8.1. Direito adquirido	1341
8.2. Aposentadoria. Artigo 2º, da Emenda 41/2003	1342
8.3. Aposentadoria. Artigo 3º, da Emenda 47/2005	1344
8.4. Paridade remuneratória entre ativos e inativos. Artigo 6º, da Emenda 41/2003	1347
8.5. Acumulação de remuneração com proventos de cargos inacumuláveis	1347
9. Tempo de serviço público e ingresso no serviço público	1348
10. Processo administrativo de fiscalização nos Regimes Próprios de Previdência Social	1353

2

DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DA UNIÃO

1. Introdução	1357
2. Segurados	1358
3. Custeio	1358
4. Benefícios e serviços do Plano de Seguridade Social dos servidores públicos federais efetivos	1360
4.1. Aposentadorias	1360
4.2. Auxílio-natalidade	1364
4.3. Salário-família	1365
4.4. Licença para tratamento de saúde	1365
4.5. Licença à gestante	1366
4.6. Licença à adotante	1366
4.7. Licença-paternidade	1367
4.8. Licença por acidente de serviço	1367
4.9. Assistência à saúde do segurado e de seus dependentes	1367
4.10. Pensão por morte vitalícia e temporária	1368
4.11. Auxílio-funeral	1377
4.12. Auxílio-reclusão	1377

3

DO REGIME PREVIDENCIÁRIO DOS MILITARES DA UNIÃO

1. Introdução	1379
2. Inatividade remunerada	1379
3. Pensão por morte	1381

TÍTULO IV DA PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR

1

REGIME COMPLEMENTAR DOS SERVIDORES PÚBLICOS EFETIVOS

1. Disposições constitucionais e regimes criados	1393
--	------

2

REGIME COMPLEMENTAR PRIVADO

1. Introdução	1401
2. Características Gerais	1401

3. Disposições Comuns aos Planos de Benefícios dos Entes Abertos e Fechados.....	1409
4. As Entidades Fechadas e os seus Planos de Benefícios	1414
5. As Entidades Abertas e os seus Planos de Benefícios.....	1438
6. Intervenção e Liquidação Extrajudicial dos Entes Previdenciários Privados.....	1439
7. A Relação da Administração Pública com as suas Entidades Fechadas de Previdência Complementar	1442
8. O processo administrativo para apuração de responsabilidade.....	1445

3

**REGIME DE PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR
DOS SERVIDORES PÚBLICOS EFETIVOS FEDERAIS**

1. Introdução	1455
2. Entidades fechadas – FUNPRESP's	1458
3. Plano de benefícios.....	1461
4. Benefício especial	1463
5. Plano de custeio e contribuições previdenciárias	1465
6. Recursos garantidores	1469
7. Controle e fiscalização	1470
8. Vigência do regime previdenciário.....	1471

**TÍTULO V
DOS CRIMES CONTRA A PREVIDÊNCIA SOCIAL**

1

PRINCIPAIS DELITOS PREVIDENCIÁRIOS

1. Apropriação indébita previdenciária.....	1475
2. Sonegação de contribuição previdenciária.....	1484
3. Falsificação ou alteração de documento público contra a Previdência Social.....	1489
4. Estelionato previdenciário	1492

APÊNDICES

Apêndice 1 – Regulamento do Plano de Benefícios dos Servidores Públicos Federais do Poder Executivo.....	1499
Apêndice 2 – Regulamento do Plano de Benefícios do Poder Legislativo Federal – Plano LegisPrev.....	1523
Apêndice 3 – Regulamento do Plano de Benefícios do Judiciário da União, do Ministério Público da União e do Conselho Nacional do Ministério Público	1547
Apêndice 4 – Enunciados do Fórum Nacional dos Juizados Especiais Federais – FONAJEF.....	1569
Apêndice 5 – Enunciados do XII FONAJEF, Vitória (ES) – 2015	1579
Apêndice 6 – Enunciados do XI FONAJEF, Campo Grande (MS) – 2014.....	1581
Apêndice 7 – Questões de Ordem da TNU.....	1585
Apêndice 8 – Súmulas previdenciárias do STF, STJ, TNU, AGU e CRPS.....	1591
Apêndice 9 – Regimento interno TNU	1603
Apêndice 10 – Reg. Interno do CRPS	1615
Apêndice 11 – Reg Interno do CRPS-RI dos JEFs e Turmas da 1ª Região	1641
Referências.....	1661